

# Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2021

CMBH – 28/05/2020

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**  
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA



# Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



Definição de diretrizes normativas para o orçamento do próximo exercício, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF – ***principais pontos:***

- ❑ Prioridades e Metas
- ❑ Organização e Estrutura dos Orçamentos
- ❑ Diretrizes para a Elaboração e para a Execução dos Orçamentos e suas alterações
- ❑ Disposições relativas às Despesas com Pessoal e com Encargos Sociais
- ❑ Disposições sobre alterações da legislação tributária do Município
- ❑ Anexos: Metas Fiscais e Riscos Fiscais



## Prioridades e Metas

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



Conforme Art. 2º do Projeto da LDO/2021, as prioridades e metas são as constantes nas Áreas de Resultado definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG 2018-2021 (Lei 11.098/17) e estão organizadas de acordo com as Áreas de Resultado abaixo:

- I - Área de Resultado **Saúde**;
- II - Área de Resultado **Educação**;
- III - Área de Resultado **Segurança**;
- IV - Área de Resultado **Mobilidade Urbana**;
- V - Área de Resultado **Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano**;
- VI - Área de Resultado **Desenvolvimento Econômico e Turismo**;
- VII - Área de Resultado **Cultura**;
- VIII - Área de Resultado **Sustentabilidade Ambiental**;
- IX - Área de Resultado **Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes**;
- X - Área de Resultado **Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão**.



## Diretrizes Gerais e específicas para elaboração e execução do orçamento

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



Art. 9º – Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a origem da fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora.

Art. 15 – Além da observância das prioridades fixadas no art. 2º, a LOA somente incluirá novos projetos se:

- I – tiverem sido adequadamente atendidos os que estiverem em andamento;
- II – estiverem em conformidade com o PPAG vigente ou previstos no projeto de revisão do planejamento a médio prazo;
- III – apresentarem viabilidade técnica, econômica e financeira;
- IV – tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.



## Critérios e formas de limitação de empenho

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



Art. 26 – Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo I e atualizadas na LOA, será promovida a **limitação de empenho**, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo, levando em consideração a seguinte **ordem de prioridade na redução de gastos**:

- I – obras estruturantes;
- II – serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III – investimentos do Orçamento Participativo;
- IV – obras de manutenção que objetivam a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente.



# Alterações na Legislação Tributária

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



Art. 33 – Poderão ser apresentados à CMBH projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento a leis complementares e resoluções federais, tendo como diretrizes a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda na perspectiva da justiça tributária, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU** –, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade, a atualidade da base de cálculo do imposto, a isonomia e a justiça fiscal;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso *Inter Vivos* – **ITBI** –, a adequação da legislação municipal aos comandos de lei complementar federal ou de resolução do Senado Federal;

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** –, a adequação da legislação municipal aos comandos de lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à maior agilidade de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

## Alterações na Legislação Tributária

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



IV – quanto às **taxas** cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à **contribuição de melhoria**, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição da República;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, de tramitação e de julgamento dos processos tributário-administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e agilidade;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, de cobrança e de arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

## Parâmetros Econômicos

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



	2021	2022	2023
<b>Crescimento do PIB</b>	3,30%	2,40%	2,50%
<b>Inflação anual (IPCA)</b>	3,65%	3,50%	3,50%

*Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias / 2021 do Governo Federal; cenário econômico projetado pelo Banco Central do Brasil.*





# Metas Fiscais Anuais – Resultado Primário e Nominal

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL
	Corrente	Constante*	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / RCL)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	12.395.382	11.958.883	111,96%	13.007.286	12.124.869	111,88%	13.437.551	12.102.361	109,92%
Receitas Primárias (I)	11.561.489	11.154.355	104,43%	12.141.607	11.317.917	104,43%	12.765.605	11.497.182	104,42%
Despesa Total	12.331.713	11.897.456	111,38%	12.973.563	12.093.433	111,59%	13.414.336	12.081.453	109,73%
Despesas Primárias (II)	11.575.046	11.167.435	104,55%	12.165.214	11.339.923	104,63%	12.554.973	11.307.479	102,70%
Resultado Primário (III) = (I – II)	-13.557	-13.080	-0,12%	-23.607	-22.005	-0,20%	210.632	189.703	1,72%
Resultado Nominal	-255.362	-246.370	-2,31%	-296.689	-276.562	-2,55%	-84.281	-75.907	-0,69%
Dívida Pública Consolidada	4.576.258	4.415.107	41,33%	4.939.430	4.604.338	42,48%	4.860.116	4.377.202	39,76%
Dívida Consolidada Líquida	2.441.902	2.355.911	22,06%	2.413.866	2.250.109	20,76%	1.954.923	1.760.677	15,99%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	345.566	333.397	3,12%	358.705	334.370	3,09%	354.247	319.048	2,90%
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-345.566	-333.397	-3,12%	-358.705	-334.370	-3,09%	-354.247	-319.048	-2,90%

FONTE: Unidade Responsável SMF/SMPOG, Data da emissão 14/05/2020

\* Valor constante a preços de 2020, deflacionados pelo IPCA.

Obs.: Os valores poderão ser revistos de acordo com a autorização da Nota Técnica do Ministério da Economia nº 12774/2020/ME.



# Estimativa da Renúncia de Receita

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	Desconto	Desconto por antecipação de pagamento	40.000,00	41.360,00	42.807,60	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal
IPTU	Isenção	Programas BH Nota 10, Esporte para Todos e PROEMP	3.000,00	3.102,00	3.210,57	
IPTU	Remissão	Incapacidade Financeira / Desastres Naturais (Dec. 15.682/2014)	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
ITBI	Isenção	Isenções por limite de valor, PMCMV e Programas Habitacionais PAR, Urbel e Cohab	7.000,00	7.238,00	7.491,33	
ISSQN	Isenção	Atividades Culturais	13.000,00	13.100,00	13.200,00	
Tributos Mobiliários (TMM, ISS Autônomo, TFLF, TFEP e TFS)	Remissão	Incapacidade Econômica e Financeira	1.500,00	1.551,00	1.605,29	
TOTAL			74.500,00	76.351,00	78.314,79	

FONTE: Sistema SOF, Unidade Responsável SMF, Data da emissão 14/05/2020

# Riscos Fiscais e Providências

PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E  
GESTÃO



ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1.000,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	46.819	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas de custeio e pessoal.	46.819
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>46.819</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>46.819</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias.	114.690
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	114.690		
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>114.690</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>114.690</b>
<b>TOTAL</b>	<b>161.509</b>	<b>TOTAL</b>	<b>161.509</b>

FONTE: Unidade Responsável SMPOG/SMFA/PGM, Data da emissão 14/05/2020





# **PREFEITURA BELO HORIZONTE**

**GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA**

